



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	11020.000917/2010-72
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3401-001.403 – 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	02 de junho de 2011
<b>Matéria</b>	RESSARCIMENTO DE IPI
<b>Recorrente</b>	ADERE IND. SERIGRÁFICA LTDA.
<b>Recorrida</b>	DRJ/POA

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Período de apuração: 01/04/2006 a 30/06/2006

Ementa: OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL, DESISTÊNCIA DA ESFERA ADMINISTRATIVA. SÚMULA N° 01 DO CARF.

A opção pelo ajuizamento de ação judicial de demanda com o mesmo objeto da via administrativa importa renúncia desta última pela contribuinte, em atendimento à Súmula nº 01, *in verbis*:

“SÚMULA N° 01

*Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da consoante do processo judicial”*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 4<sup>a</sup> câmara / 1<sup>a</sup> turma ordinária da terceira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade dos votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário interposto.

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO –

Presidente.

JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA –

Relator.

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Odassi Guerzoni Filho, Jean Cleuter Simões Mendonça e Gilson Macedo Rosenburg Filho. Ausência justificada de Fernando Marques Cleto Duarte.

## Relatório

Trata o presente processo do pedido de ressarcimento de saldo credor do IPI, regulado pela Lei nº 9.979/1999, no valor de R\$ 57.876,64, referente ao segundo trimestre de 2006, conforme Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e Declaração de Compensação – PER/DCOMP (fls 1 a 34).

O pedido do contribuinte foi indeferido, conforme Despacho Decisório da DRF/CXL, constante das fls. 41 e 42, embasado pela autuação do interessado no Processo nº.11020.000977/2010-95, por falta de lançamento do IPI, devido a erro de classificação fiscal e de alíquota. Na autuação foi reconstituída a escrita fiscal do estabelecimento, com absorção integral dos créditos solicitados no presente processo, tornando o pleito descabido. O mesmo Despacho Decisório não homologou as compensações objeto do PER/DCOMP.

Irresignada, a Contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade (fls. 64 a 78), a qual não obteve sucesso, haja vista o acórdão prolatado pela DRJ em Porto Alegre/RS, com a seguinte ementa (148/149), *in verbis*:

*“SALDO CREDOR. RESSARCIMENTO. DENEGAÇÃO.*

*É vedado o ressarcimento a estabelecimento pertencente a pessoa jurídica com processo judicial e com processo administrativo fiscal de determinação e exigência de crédito do IPI, cuja decisão definitiva, judicial ou administrativa, possa alterar o valor a ser ressarcido.*

*Manifestação de Inconformidade Improcedente*

*Direito Creditório Não Reconhecido”*

A contribuinte foi intimada do acórdão da DRJ em 22/09/2010 (fl. 154) e interpôs recurso voluntário em 02/10/2010 (fls. 155-169) alegando, em resumo, o seguinte:

A fiscalização fazendária determinou que os produtos fabricados pela Recorrente devem ser enquadrados sob a classificação 3919.90.00. Entretanto, não há como prosperar a classificação fiscal já que os produtos possuem características próprias e finalidade específica e, por isso, não podem ser considerados intermediários.

Quanto aos materiais gráficos destinados ao setor automotivo, a fiscalização fazendária considerou a mesma classificação supra. Entretanto, a União, quando da edição do Decreto nº 6.782/09, ao tratar de isenções tributárias, reconheceu que os produtos gráficos destinados a este setor estariam classificados no código 4908.90.00;

A recorrente propôs a ação declaratória cumulada com anulação de ato declaratório de lançamento de dívida tributária, na qual busca, além da anulação do auto de infração nº 1010600/00382/01, a declaração de aplicabilidade aos produtos industrializados pela recorrente o enquadramento na classificação fiscal código 4908.90.00 da TIPI;

Solicita a suspensão dos presentes processos administrativos até o trânsito em julgado daquele feito. Em que pese a Instrução Normativa RFB nº 900/08 negar o ressarcimento a contribuintes com processos judiciais ou administrativos pendentes de julgamento cuja decisão possa

influenciar no montante a ser ressarcido, esta não impede a suspensão do processo administrativo de resarcimento até o julgamento definitivo daqueles feitos;

Ao fim, a Recorrente solicita a reforma do acórdão da DRJ, no sentido de se fazer reconhecer e homologar a restituição solicitada para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro Jean Cleuter Simões Mendonça

O Recurso é tempestivo, motivo pelo qual conheço.

A Recorrente busca o ressarcimento do IPI, o qual foi indeferido em razão da lavratura de auto de infração, que originou outro processo administrativo e eliminou os supostos créditos, em decorrência da classificação errônea de seus produtos na TIPI.

Nas razões do presente Recurso a Recorrente alega, basicamente, que a classificação da TIPI aplicada está correta, fazendo, portanto, *jus* ao crédito. Contudo, também informa a existência da Ação Declaratória nº 2009.71.07.004830-3, com tramitação na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, cujo objeto é, além da anulação do auto de infração, a classificação correta de seus produtos na TIPI.

Desse modo, por tratar do mesmo objeto no processo administrativo e no processo judicial, não é o caso de sobrerestamento do PAF, mas sim de não conhecimento do Recurso Voluntário, por considera-se renúncia às instâncias administrativas a opção de ação judicial que versam acerca da mesma matéria, conforme Súmula nº 01 do CARF, *in verbis*:

*“SÚMULA N° 01*

*Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da consonte do processo judicial”*

*Ex positis*, nego provimento ao Recurso Voluntário, mantendo a decisão da DRJ.

Jean Cleuter Simões Mendonça - Relator

